

QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º: 314.688-9 1ª Vara Cível de Timbaúba

Apelante: Banco Santander Brasil S/A

Apelado: Adilson Cavalcanti da Silva

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

EMENTA:

EMENTA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE DEVEDORES INADIMPLENTES. ABERTURA DE CRÉDITO POR TERCEIRO FALSÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. FATO DE TERCEIRO. JUROS INCIDENTES A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54 STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE.

- O fato de terceiro não é equiparável ao caso fortuito quando despido dos caracteres da inevitabilidade e imprevisibilidade.

- A inclusão, sem justa causa, do nome do consumidor nos cadastros do SERASA qualifica-o, para consulta indiscriminada de quem interessar possa, como mau pagador. Daí a responsabilidade civil por dano moral.

- Nos termos da Súmula 54 do STJ, nas condenações em danos morais nas relações extracontratuais, o termo inicial da incidência de juros de mora será o evento danoso.

- Recurso a que se nega provimento. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 314.688-9, em que figura como Apelante Banco Santander Brasil S.A., e como Apelado Adilson Cavalcanti da Silva ACORDAM os Desembargadores deste órgão fracionário, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO**, em conformidade com o Termo de Julgamento e voto do Relator, que revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Recife,

Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º: 314.688-9 1ª Vara Cível de Timbaúba

Apelante: Banco Santander Brasil S/A

Apelado: Adilson Cavalcanti da Silva

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

RELATÓRIO:

ADILSON CAVALCANTI DA SILVA ajuizou ação ordinária contra BANCO SANTANDER S/A, pretendendo a condenação da empresa ré ao pagamento de indenização por danos morais em face da inscrição do seu nome nos cadastros de devedores inadimplentes em razão de débito derivado de contrato de abertura de conta corrente.

Alega, em suma, que nunca firmou qualquer contrato de abertura de conta corrente com a ré, desconhecendo, assim, a origem da dívida.

O réu apresentou resposta, sob a forma de contestação, sustentando, em síntese, que não houve, de sua parte, negligência no ato do contrato de abertura de conta corrente, não podendo ser responsabilizado por ato ilícito imputável a terceiro. Nesse passo, advoga a configuração da culpa exclusiva de terceiro, que estaria a excluir a sua responsabilidade, nos termos do art. 14 do CDC, realçando que tanto ela própria (a financeira ré) quanto o autor foram vítimas de terceiros fraudadores, a despeito da utilização de meios avançados de prevenção à fraude.

Ao final, o MM juiz a quo julgou procedente o pedido para condenar o BANCO SANTANDER S/A ao pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de dano moral.

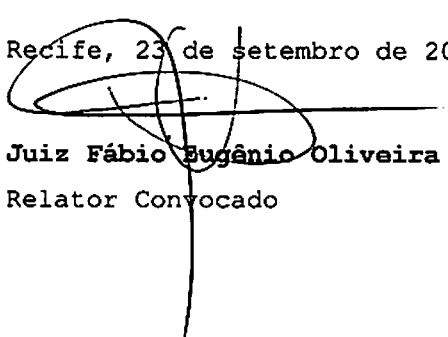
Irresignado, o réu interpôs recurso de apelação, pugnando, em suma, pela reforma da sentença quanto à sua responsabilidade e, em atenção ao princípio da eventualidade, requer a minoração do quantum indenizatório arbitrado. Quer, ainda, que os juros moratórios passem a incidir a partir do arbitramento, ao argumento de que se trata de relação contratual, e a redução dos honorários advocatícios, fixados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

Às fls. 121/124 dos autos constam as contrarrazões do Apelado, pugnando pela manutenção da decisão.

É o que impende relatar.

Em virtude de o valor da condenação não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, Parágrafo Único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor, ocasião em que peço pauta.

Recife, 23 de setembro de 2013.


Juiz Fábio Eugênio Oliveira Lima
Relator Convocado

QUINTA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível n.º: 314.688-9	1ª Vara Cível de Timbaúba
Apelante:	Banco Santander Brasil S/A
Apelado:	Adilson Cavalcanti da Silva
Relator	Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Convocado:	

VOTO:

O Apelado alega nunca ter firmado qualquer contrato de abertura de conta corrente com a instituição Apelante.

Anote-se, neste particular, que não se pode exigir do autor prova desse fato negativo. A propósito, ensina Moacyr Amaral Santos que as negativas indefinidas são presumidamente verdadeiras, *in verbis*:

"Por outro lado, a máxima de que a negativa não se pode provar enfraqueceu-se sobremaneira à observação de ser verdadeira apenas em relação às negativas indefinidas. Estas, com efeito, são de prova impraticável, tão-somente por serem indefinidas, como também é impraticável a prova de afirmações indefinidas. Dificílimo será a Caio provar que nunca foi a Santos, como lhe será difícilimo provar que permanentemente usou determinada jóia".

Diante dessa presunção, a operadora do contrato de abertura de conta corrente tem a carga ou ônus de fazer a contraprova pelo menos para elidir a presunção. O fornecedor, por óbvio, tem amplas e facilitadas condições de demonstrar o aperfeiçoamento do contrato. Nas relações de consumo a distribuição do ônus da prova não está ligada ao princípio clássico da correlação do que se alega, segundo o qual ao autor incumbe a prova quanto ao fato constitutivo do seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Nos processos envolvendo lide de consumo, vigorando o princípio da inversão do ônus da prova (artigo 6º, VIII), o que deve prevalecer na seara da distribuição do ônus da prova é o princípio da racionalidade ou razoabilidade. Exigir do consumidor prova de que nunca solicitou, recebeu ou utilizou o crédito oferecido pela instituição financeira significa impor ônus, na prática, intransponível. Esse ônus pertence ao fornecedor porque mais habilitado para fazê-lo.

Em real verdade, a instituição financeira não chega a negar a inexistência do débito e a ilegitimidade da inscrição do nome da autora nos cadastros de devedores inadimplentes administrados pelo SERASA e SPC. Fundamenta sua resistência no fato de ter se cercado de todas as cautelas recomendadas para a concessão dos créditos.

Em outras palavras, pretende a Apelante eximir-se de responsabilidade imputando-a a terceiro - aquele que, se valendo de documentação falsa, obteve os créditos. Sustenta, assim, que o terceiro, ao utilizar-se dos dados do Autor/Apelado para contratar a abertura de créditos, teria concorrido de forma decisiva e exclusiva para o evento danoso. Pretende, assim, equiparar a interferência do terceiro fraudador ao chamado fato de terceiro, que, na doutrina, possui estatura similar à do caso fortuito, interrompendo a cadeia de causalidade existente entre o ato do réu e os prejuízos do autor.

O caso fortuito é caracterizado pela presença de dois atributos indispensáveis: a inevitabilidade e a imprevisibilidade. O fato de terceiro, em consequência, possuirá efeitos idênticos aos produzidos pelo caso fortuito tão-somente quando satisfizer estes requisitos, isto é, quando for objetivamente imprevisível e inevitável.

Pois bem. A inevitabilidade a que se alude não é a simples ausência de culpa. Vai, além disso, para exigir do indivíduo, no caso concreto, medidas de cautela cuja adoção seria necessária, segundo critérios de razoabilidade. Ora, é bastante razoável esperar que as instituições financeiras, ao efetuarem a identificação de novos clientes, procedam ao cotejo da documentação apresentada com as informações a que têm acesso como integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Portanto, estava ao alcance da Apelante evitar o abalo sofrido pelo Apelado em sua reputação. O evento era, por isso, evitável. Nesse sentido, bastava que a Apelante, consultando os assentamentos de que dispõe, obtivesse certeza da titularidade do CPF informado pelo fraudador.

Em consequência, o fato de terceiro, da maneira como se apresenta nos autos, não é equiparável ao caso fortuito, já que despidido dos caracteres de inevitabilidade e imprevisibilidade. Tem-se, assim, que o nexos causal entre a negativação levada a efeito pelo réu e os dissabores enfrentados pelo autor mantém-se íntegro frente à intromissão do terceiro na cadeia de acontecimentos.

Conclui-se, assim, que a inscrição do nome do Apelado nos registros do SERASA é injusta e ilegítima.

Nesse sentido, aliás, é a orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:

CIVIL E PROCESSUAL. ACÓRDÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO NO SERASA, ORIUNDA DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE COM DOCUMENTOS FURTADOS AO TITULAR. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. DANO MORAL. PROVA DO PREJUÍZO. DESNECESSIDADE. VALOR DO RESSARCIMENTO. FIXAÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NÃO CONFIGURADA. I. A inscrição indevida do nome do autor em cadastro negativo de crédito, a par de dispensar a prova objetiva do dano moral, que se presume, é geradora de responsabilidade civil para a instituição bancária, desinfluente a circunstância de que a abertura de conta se deu com base em documentos furtados e para tanto utilizados por terceiro. II. Indenização que se reduz, todavia, para adequar-se à realidade da lesão, evitando enriquecimento sem causa." (Resp 432.177/SC, Rel. Min. Aldir Passarinho, 4ª Turma, unânime, DJU 28.10.2003).

Anote-se, ainda, que hoje não mais se discute que os cadastros em órgãos de proteção ao crédito, tais como o SPC, o SERASA, o CADIN, representam, além de efetiva restrição do crédito do consumidor, fato desabonador. Assim é que, como reiteradamente têm decidido os nossos tribunais, a indevida inclusão do nome do consumidor em tais cadastros, que lhe impõe restrição de danoso efeito creditício, por si só, consubstancia hipótese de dano moral, ensejando indenização. Com efeito, a inclusão nesses cadastros qualifica o Apelado, para consulta indiscriminada de quem interessar possa, como mau pagador. Daí a responsabilidade civil da ré por dano moral.

Em tais circunstâncias, pacificou-se no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, para caracterização do dano moral indenizável, dispensa-se a prova dos efetivos prejuízos experimentados pela vítima, porquanto são eles manifestamente presumíveis, sendo suficiente, para a responsabilização do autor da ofensa, apenas a violação (dano *in re ipsa*). A propósito: Resp 1059663/MS - STJ.

Portanto, no caso, evidenciada a abusividade da negativação, impõe-se à empresa Apelante o dever de reparar o dano moral suportado pela parte Apelada.

Certo o dever de reparar, fixo o valor da indenização.

A indenização em face do dano moral tem caráter ressarcitório e punitivo-pedagógico. De um lado, visa reparar, ainda que de forma paliativa, a angústia experimentada pelo lesado. De outro, objetiva impulsionar o ofensor a cercar-se de novos cuidados a fim de não mais incidir em condutas ilícitas da mesma natureza, vale dizer, visa impedir a repetição de fatos idênticos ou assemelhados.

De realçar ainda a orientação do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, na fixação do quantum indenizatório de dano moral "(...) recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico da Apelante e, ainda, ao porte econômico do Apelado, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso" (Cfr. REsp. n.ºs. 214.381-MG; 145.358-MG e 135.202-SP, Rel. Min. Sálvio Figueiredo Teixeira, respectivamente, 29.11.99, 01.03.99 e 03.08.98).

Assim, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade acima mencionados, e considerando as peculiaridades do caso em questão, para assegurar ao lesado a justa reparação pelos danos sofridos, sem que este incorra em enriquecimento ilícito, tenho como adequado o valor fixado na sentença de primeiro grau como valor indenizatório: 5.000,00 (cinco mil reais).

Em relação aos honorários advocatícios, também não assiste razão à Apelante quanto ao pleito de redução, visto que o Magistrado a quo ao arbitrar o percentual, utilizou corretamente os critérios estabelecidos pelo § 3º do art. 20 do CPC, verificados a natureza da causa e o zelo do profissional, não merecendo reparo na decisão.

Quanto à data da incidência dos juros de mora, nos termos da Súmula 54 do STJ, nas condenações em danos morais nas relações extracontratuais, como na hipótese dos autos, o termo inicial da incidência de juros de mora será o evento danoso.

Frente a essas considerações, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo incólume o comando judicial de primeiro grau, que condenou a Apelante a indenizar o Apelado no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescidos dos juros moratórios de 1% ao mês, deste a data do fato lesivo, bem como nos

consectários da sucumbência, com honorários advocatícios que mantenho arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

É como voto.

Recife,

Juiz Fábio Eugênio Oliveira Lima
Relator Substituto